

DISCURSOS E NARRATIVAS SOBRE O ENGAJAMENTO BRASILEIRO E CHINÊS NA AGRICULTURA MOÇAMBICANA¹

Sérgio Chichava, Jimena Duran, Lídia Cabral,
Alex Shankland, Lila Buckley, Tang Lixia e Zhang Yue

INTRODUÇÃO

Desde a independência do país em 1975, o sector agrícola é considerado pelo discurso político oficial como vital para o desenvolvimento de Moçambique. Principal fonte de subsistência de cerca de 80% da população, o seu peso na economia é bastante significativo tendo, por exemplo em 2010, contribuído com cerca de 23% para o Produto Interno Bruto (PIB) (MINAG, 2010, p. 4). Porém, o enorme potencial agrícola do país permanece em grande medida desaproveitado: dos 36 milhões de hectares de terra arável, distribuídos por 10 zonas agro-ecológicas diferentes, apenas 10% estão cultivados e apenas 50 mil hectares estão irrigados, 60% dos quais em plantações de rendimento, nomeadamente de cana-de-açúcar (MINAG, 2010).

Os efeitos devastadores da guerra civil que, durante cerca de dezasseis anos (1976-1992), destruiu quase por completo as infra-estruturas socioeconómicas do país, em particular nas zonas rurais, os baixos níveis de produtividade e a vulnerabilidade à flutuação dos preços dos combustíveis e a fenómenos climáticos adversos, bem como o fraco investimento aliado à debilidade institucional, são, de entre vários factores, os que explicam o fraco desempenho do sector agrícola em Moçambique.

¹ Uma versão parcial deste trabalho foi publicado em inglês no *IDS Bulletin*, Vol. 44 (4), Julho 2013.

Com o fim da guerra civil em 1992, Moçambique viu-se rapidamente inundado pela ajuda ao desenvolvimento e acabou por se tornar, no final da década de 1990, num dos maiores países africanos receptores de ajuda. A agricultura é tradicionalmente um dos sectores que mais ajuda recebem. Durante vários anos, este sector foi apoiado através de um mecanismo de financiamento conjunto destinado a criar capacidade institucional no Ministério da Agricultura e a melhorar a coordenação da ajuda ao desenvolvimento num sector com uma grande concentração de doadores. As iniciativas de coordenação dos doadores têm vindo a ser algo desacreditadas por não terem conseguido mostrar resultados palpáveis no terreno. Apesar de algumas histórias de sucesso, sobretudo nos sectores de culturas de rendimento (como o açúcar, a castanha de caju, o tabaco e a horticultura), o sector dominante dos pequenos produtores agrícolas continua pobre, vulnerável e dependente de insumos subsidiados que recebe do Estado.

Em 2010, um relatório do Ministério de Planificação e Desenvolvimento (MPD) afirmava que a situação da pobreza (absoluta ou de consumo) em Moçambique não tinha conhecido nenhuma evolução desde 2003, tendo mesmo aumentado em algumas províncias (MPD, 2010).

As três causas apontadas por este relatório para esta situação têm a ver, directa ou indirectamente, com a ineficiência do sector agrícola moçambicano e a sua vulnerabilidade a choques externos, sobretudo no que diz respeito à produção alimentar, nomeadamente (i) *Baixas taxas de crescimento na produtividade agrícola observadas nos TLA² realizados desde 2002 na componente da produção de culturas alimentares;* (ii) *choques climáticos que influenciaram a colheita de 2008, particularmente nas províncias do Centro;* (iii) *termos de troca agravados devido a grandes aumentos nos preços internacionais de alimentos e combustíveis. Os preços dos combustíveis, em particular, aumentaram substancialmente durante o período de 2002/03 a 2008/09* (MPD, 2010).

Entretanto, o recente engajamento de países como o Brasil e a China no sector agrícola moçambicano parece estar a trazer uma nova esperança para a agricultura deste país.

Assentando em material empírico recolhido através da observação participante e de entrevistas a informantes-chave realizadas entre 2011 e 2012 em Maputo e Xai-Xai e no Corredor de Nacala, este artigo pretende analisar, numa perspectiva comparativa, os discursos e narrativas emergentes do engajamento brasileiro e chinês na agricultura moçambicana.

As duas primeiras partes do artigo descrevem o engajamento do Brasil e da China no sector da agricultura em Moçambique bem como as tendências emer-

² Trabalho de Inquérito Agrícola.

gentes. Em seguida, o artigo analisa os discursos políticos, as narrativas, as motivações e os interesses dos actores envolvidos neste processo.

A COOPERAÇÃO TÉCNICA BRASILEIRA NA AGRICULTURA MOÇAMBICANA: CARACTERÍSTICAS E TENDÊNCIAS

Maior beneficiário do programa de cooperação técnica brasileira em África, Moçambique ocupa uma posição de destaque nas relações entre este país emergente e o continente africano. Estas relações baseiam-se numa combinação de afinidades históricas, língua comum, elos diplomáticos e, cada vez mais, oportunidades de negócios (Cabral, Shankland & Favareto, 2013). No final de 2011, a cooperação técnica do Brasil em Moçambique incluía 21 projectos activos, com outros nove em processo de negociação (Agência Brasileira de Cooperação, 2010). Agricultura, Saúde e Educação são por ordem de importância as principais áreas de enfoque, se tomarmos o número de projectos activos como critério de medição. É preciso sublinhar que os primeiros cinco beneficiários da cooperação técnica brasileira em África são os países de expressão portuguesa.

Além da cooperação técnica, Moçambique é também um destino cada vez mais importante do capital privado brasileiro, especialmente na mineração e na construção. A empresa Vale – a segunda maior empresa mineira do mundo – e os grupos Camargo Correa, Odebrecht e Andrade Gutierrez, grandes empresas do ramo da construção civil, são as presenças mais marcantes.

A agricultura é o sector mais importante da cooperação técnica brasileira em Moçambique. Até 2012, estavam em curso doze projectos neste sector. De entre os mais importantes destacam-se programas trilaterais tais como o Prosavana, o Projecto de Segurança Alimentar e Nutricional e o Plataforma de Investigação Agrária e Inovação Tecnológica (PIAIT), todos conduzidos pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em parceria com instituições como a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e o Instituto de Investigação Agronómica de Moçambique (IIAM).

A criação de um posto de coordenador ABC para supervisionar os projectos relacionados com agricultura em Moçambique – iniciativa-piloto para a cooperação brasileira em geral – mostra a importância de Moçambique para a cooperação brasileira. Moçambique alberga também o maior número de pesqui-

sadores da EMBRAPA em África.³ A EMBRAPA também nomeou um coordenador-geral residente no país para supervisionar os seus projectos.

Várias tendências resultantes do engajamento brasileiro em Moçambique podem ser observadas. A primeira é a diversidade das instituições envolvidas. A EMBRAPA é a principal instituição de cooperação brasileira. Outras instituições, incluindo agências governamentais, entraram também recentemente na área da cooperação agrícola, como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e a Secretaria-Geral da Presidência da República. Para além das instituições governamentais, também estão envolvidos movimentos sociais brasileiros como é o caso do Movimento Camponês Popular e do Movimento das Mulheres Camponesas.

A segunda é a passagem de iniciativas pontuais de formação a programas mais longos e com uma abordagem mais sistémica da capacitação, os chamados programas de “cooperação estruturantes”. Actualmente, o maior programa deste tipo na agricultura é o ProSavana.

A terceira é a transferência das políticas agrícolas do Brasil ou de elementos dessas políticas para África. O ProSavana, o Mais Alimentos África e o Programa de Aquisição de Alimentos são exemplos de programas de cooperação que visam reproduzir em África as experiências de “sucesso” brasileiras em matéria de políticas de desenvolvimento agrícola (Cabral, Shankland & Favareto, 2013).

A quarta é o estabelecimento de acordos de cooperação triangular, em que o Brasil faz parcerias com doadores tradicionais na prestação de cooperação a Moçambique. A JICA e a USAID são, até agora, os principais parceiros de cooperação trilateral do Brasil para projectos agrícolas. Está também previsto que o Programa Mundial de Alimentos da ONU venha a trabalhar com o Brasil no Programa de Aquisição de Alimentos, em que participam vários países. Além de criar uma plataforma para sinergias em especialização técnica, a cooperação trilateral permite também que a cooperação técnica brasileira seja complementada por cooperação financeira prestada pelos doadores “tradicionais”.

A última é a penetração gradual de interesses e capital privados em iniciativas de cooperação para o desenvolvimento no sector agrícola. Como já referido, “Mais Alimentos África” é um exemplo disso. A criação do Fundo de Nacala em 2012, com

³ Para promover a sua cooperação no sector agrícola, o Brasil apoia-se essencialmente na EMBRAPA, uma instituição pública criada em 1974 e vinculada ao Ministério da Agricultura brasileiro, cuja sede em África se encontra em Acra, no Gana, desde 2006. Essencialmente, as actividades da Embrapa consistem na transferência de tecnologia, formação de recursos humanos e capacitação institucional.

objectivo de mobilizar capital para a região que o ProSavana tem como alvo, é outra manifestação desta tendência.

O CASO PROSAVANA

O ProSavana é sem dúvida, o mais importante programa de cooperação técnica agrícola do Brasil actualmente em curso fora deste país. A ser implementado numa área de cerca de 14 milhões de hectares no chamado “corredor de Nacala”, uma zona repartida por três províncias do Norte de Moçambique nomeadamente Niassa, Nampula e Zambézia, este programa é executado através de uma parceria triangular entre o Japão (JICA), o Brasil (EMBRAPA) e Moçambique (IIAM).

Inspirando-se na experiência de desenvolvimento da savana tropical brasileira (conhecida como Cerrado), levada a cabo, entre outros programas, pelo Prodecet (um programa de cooperação de 30 anos entre o Japão e o Brasil), o ProSavana tem como principal objectivo transformar o corredor de Nacala, zona considerada como tendo as mesmas características agro-ecológicas do cerrado brasileiro, numa das regiões mais produtivas do país, à semelhança do cerrado.

A perspectiva deste programa trilateral é apoiar sistemas de produção de agricultura comercial e do sector familiar, de grande e pequena escala, em grande parte por meio de pesquisa e extensão, com base nas experiências e tecnologias do Brasil e do Japão (Embrapa, 2012).

Entretanto e embora ainda numa fase inicial (pesquisa e planificação), o ProSavana é, de entre os diferentes programas da cooperação técnica agrícola brasileira, dos que mais controvérsia tem gerado em diferentes fóruns quer em Moçambique quer no Brasil, sobretudo por algumas organizações da sociedade civil.

Em Moçambique, o programa foi descrito em alguns meios de comunicação como um exemplo de “neocolonialismo do Brasil em África” (Rafael, 2011), ou como estando a servir interesses privados dos membros do partido no poder (Mabunda, 2012). A sociedade civil moçambicana tem expresso preocupação relativamente aos potenciais impactos negativos, em termos de inclusão social e também de sustentabilidade ambiental. A União Nacional de Camponeses de Moçambique (UNAC) acusou recentemente o ProSavana de ter uma abordagem do topo para a base e de não incluir os camponeses e a sociedade civil de uma forma significativa (UNAC, 2012). A UNAC advertiu também para o perigo de se criar uma vaga de camponeses sem-terra no país, empobrecendo as comunidades rurais ao torná-los dependentes de investimentos em larga escala, e prejudicando o meio ambiente e comprome-

tendo a sustentabilidade. No início de 2013, a UNAC assinou um acordo com a TPP Citizen's Network, uma organização Não-Governamental japonesa, através do qual se comprometia a opor-se ao Prosavana por ser um projecto “neo-colonialista”. Mais ou menos no mesmo período, a Justiça Ambiental, em colaboração com a Friends of the Earth (FOE), denunciado a maioria dos pontos levantados pela UNAC, publicou uma carta aberta na qual exigia ao governo moçambicano a reavaliação do Prosavana porque, na sua opinião, ia contra os interesses das populações locais (Justiça Ambiental & Friends On Earth, 2013).

No Brasil, o ProSavana, como já se disse, tem sido alvo de algumas críticas quer da imprensa local quer de académicos e de alguns movimentos da sociedade civil. O ProSavana foi acusado de à semelhança do que aconteceu com o Prodecer no cerrado brasileiro poder reproduzir a “escravatura” no corredor de Nacala e de que apenas irá enriquecer alguns políticos e empresários, deixando as populações locais mais dependentes deles (Belluci, 2011). Organizações brasileiras como a FASE,⁴ consideram que o ProSavana, um programa assente em modelos de monoculturas destinadas à exportação, vai prejudicar os camponeses locais e não vai contribuir para reduzir a insegurança alimentar (Mello, 2013).

Entretanto, o cepticismo da sociedade civil contrasta com o entusiasmo das elites governamentais e estatais moçambicanas e brasileiras.

As elites políticas e empresariais moçambicanas estão desejosas de reproduzir a experiência do cerrado brasileiro, bem como de imitar o papel da EMBRAPA como empresa líder em pesquisa agrícola ao nível mundial. Estão também entusiasmadas com a eventual entrada de investimento privado e com a modernização da agricultura moçambicana. O Prosavana é, por um lado, visto como representando a concretização da modernização do campo dominante no imaginário da elite dirigente moçambicana, e, por outro lado, devido às possibilidades de benefício económico individual e colectivo.

Por exemplo, o actual ministro de Agricultura de Moçambique – que já tinha sido acusado de vender terras aos brasileiros – apareceu em finais de 2012 a defender o ProSavana, afirmando que, para além de dinamizar o sector agrícola, não retiraria terra a nenhum camponês moçambicano, que os camponeses veriam as suas vidas melhoradas, pois constituem uma das componentes essenciais deste programa (AIM, 2012). Em 2013, o director da ABC em Maputo também apareceu a defender

⁴ A FASE afirma que a sua missão principal é “contribuir para a construção de uma sociedade democrática através de uma alternativa de desenvolvimento sustentável”. Para mais detalhes, ver: <http://www.fase.org.br/v2/>.

este programa, afirmando que o Brasil não pretende expropriar terras a nenhum agricultor moçambicano, pois isso equivalia a condenar este programa ao fracasso (Canal de Moçambique, 2013).

É preciso sublinhar que as reticências da sociedade civil são compreensíveis quando se sabe que alguns investidores brasileiros já estão no terreno em parceria com alguns empresários moçambicanos ligados ao partido Frelimo. É o caso da Agromoz que, para além da moçambicana Intelec e da brasileira Pinesso é também participada pela portuguesa Grupo Américo Amorin, está neste momento a produzir soja, milho e algodão no distrito de Guruè, província da Zambézia, uma das regiões abrangidas pelo ProSavana.

A CHINA EM MOÇAMBIQUE: DA AJUDA “IDEOLÓGICA” À AJUDA “SUSTENTÁVEL”

As relações entre a China e Moçambique têm várias décadas. Durante a Luta da Independência de Moçambique, na década de 1960, a China forneceu apoio político, económico e militar a diferentes movimentos nacionalistas como, por exemplo, a Frente de Libertação de Moçambique, Frelimo e o Comité Revolucionário de Moçambique, Coremo, (Chichava, 2010). Em 1975, quando Moçambique se tornou independente, a China estabeleceu imediatamente relações diplomáticas com o país. Desde então, a China e Moçambique têm realizado frequentes intercâmbios de alto nível e têm mantido amigáveis relações de cooperação, embora, por diferentes razões, estas relações nunca tenham atingido altos patamares como actualmente, ou seja, após o fórum de cooperação China-África (FOCAC) 2000 e sobretudo a partir de 2007, ano em que a China passou a figurar entre os dez maiores investidores em Moçambique (Chichava, 2012).

A agricultura foi dos sectores que sempre beneficiaram da ajuda chinesa desde os primeiros anos de independência, sendo de destacar, neste período, o estabelecimento de grandes machambas estatais produzindo diferentes vegetais em Moamba, Sul de Moçambique, e em Matama, província do Niassa no norte do país com a ajuda da China (Eadie & Grizzell, 1979, p. 224; Brautigam & Ekman, 2012). Nesta altura, e diferentemente do que acontece hoje, a ajuda chinesa era essencialmente baseada em concepções “ideológicas” ou de “solidariedade”, mais do que pela sustentabilidade dos projectos de desenvolvimento (Brautigam & Xiaoyang, 2009).

O presente acordo no sector agrícola baseia-se no Memorando de Entendimento (MoU) assinado entre os dois países em 2002 e renovável quinquenalmente. Moçambique conta com a China para dinamizar o sector agrícola que nunca recuperou desde a sua entrada em crise a seguir à independência com a fuga dos colonos, más estratégias políticas e económicas e guerra civil, tendo pedido diferentes empréstimos a este país asiático através do Banco Exim da China. De entre estes, destacam-se aqueles que visam reabilitar e desenvolver importantes infra-estruturas agrícolas em regiões consideradas essenciais para impulsionar o sector agrícola. Essas regiões são o Chókwè, na província de Gaza (Sul de Moçambique), o Vale do Zambeze, na província da Zambézia (no Centro), e Nguri e Chipembe, na província de Cabo Delgado (Norte de Moçambique).

Em relação ao Vale do Zambeze, foi concedido a Moçambique um empréstimo em condições preferenciais de 50 milhões de USD, visando vários projectos agrícolas. É preciso sublinhar que este empréstimo do Banco Exim da China foi canalizado, através do MozaBanco, um banco criado por empresários moçambicanos ligados ao partido Frelimo, nomeadamente Prakash Ratilal, e por António de Almeida Santos, político português, e pelo empresário macaense Stanley Ho.

A primeira tranche de 30 milhões de USD, colocada sob gestão do antigo Gabinete do Plano de Desenvolvimento da Região do Zambeze (GPZ)⁵, foi utilizada para a construção de três fábricas de agro-processamento (algodão, arroz e milho) nas províncias de Manica, Zambézia e Tete, respectivamente (MINAG, 2010b). Os restantes 20 milhões de USD foram usados para importar equipamentos agrícolas da China. O empréstimo destinava-se também a ajudar a melhorar a produção dos produtores agrícolas locais, com a intenção de abastecer estas fábricas (MINAG, 2010b). É preciso sublinhar que as três fábricas já estão em funcionamento. A fábrica de descaroçamento de algodão funciona sob a alçada do Instituto de Algodão de Moçambique em parceria com a OLAM Moçambique Lda; as de agro-processamento de milho e arroz estão sob gestão do Instituto de Cereais de Moçambique (ICM).

Em 2012, Moçambique assinou outra linha de crédito a longo prazo do Banco Exim da China no valor de 60 milhões de USD, para desenvolver um projecto agrícola no Chókwè. Denominado “Complexo de Agro-Processamento de Chókwè”, o projecto visa desenvolver diversas actividades, principalmente uma unidade de

⁵ Considerando que o GPZ (Gabinete do Plano de Desenvolvimento da Região do Zambeze) tinha sido incapaz de atingir os seus objectivos, as autoridades moçambicanas extinguíram-no em 2010 e substituíram-no pela Agência de Desenvolvimento do Zambeze (AGZ).

processamento, embalagem e conservação; uma quinta de criação e processamento de gado; fábricas de processamento de arroz (16,6 milhões de USD); reabilitação do sistema de irrigação e criação de uma unidade de manutenção de irrigação (41,7 milhões de USD) e centros de serviços agrícolas (1,7 milhões de USD) (MINAG, 2012).

Além disso, é importante notar que, em 2011, as autoridades moçambicanas estavam a negociar dois empréstimos, de 25 milhões de USD e de 12 milhões de USD, respectivamente, com o Banco Exim, da China, a fim de reabilitar as barragens de Chipembe e Nguri, na província de Cabo Delgado, infra-estruturas cruciais para impulsionar o sector agrícola na província (GdM, 2011).⁶

Para além de um conjunto de projectos de cooperação para o desenvolvimento e diversas formas de assistência económica e técnica, foram também desenvolvidos esforços de apoio ao comércio e ao investimento de empresas chinesas em Moçambique.

Entretanto, o investimento de empresas chinesas na agricultura moçambicana é, comparativamente com outros sectores, ainda bastante ínfimo. Dados do Centro de Promoção de Investimentos (CPI) indicam que, entre 2000 e 2010, o investimento chinês neste sector foi de 4%. Mais: cerca de 80% deste investimento concentrou-se na exploração florestal. Neste período, a indústria manufactureira, com cerca de 77%, foi o sector que mais investimento atraiu (Chichava, 2012).

As duas secções seguintes realçam dois casos, de entre os que mais se destacam na ajuda e cooperação entre a China e Moçambique no sector agrícola.

O CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E TRANSFERÊNCIAS DE TECNOLOGIAS AGRÁRIAS DE UMBELÚZI (CITTAU)⁷

Na Cimeira de Pequim do FOCAC, em Novembro de 2006, o presidente chinês Hu Jintao anunciou a criação de 10 Centros de Demonstração de Tecnologia Agrícola (CDTA) em toda a África, no âmbito das oito medidas destinadas a consolidar a parceria China-África. O objectivo dos centros é fazer demonstração agrícola, extensão rural e capacitação técnica para aumentar a produtividade dos países beneficiários, contribuindo para a segurança alimentar. Há também motivações de ordem diplomática, acompanhadas pela ideia de que a ajuda deve gerar benefício mútuo.

⁶ Estas duas barragens eram consideradas, desde a independência, o futuro da Província de Cabo Delgado. O ex-presidente de Moçambique Samora Machel queria construir uma vila no Chipembe graças aos conhecimentos criados por esta barragem (Foreign Broadcast Information Service 1983). A barragem de Chipembe (ou sistema de irrigação de Chipembe) foi construída na década de 1970 com o apoio da Coreia do Norte.

⁷ Para uma análise mais detalhada sobre o CITTAU, ver Durán & Chichava (2012).

Para a China, os benefícios económicos incluem a promoção da tecnologia agrícola chinesa no mercado africano, a facilitação da entrada de investidores chineses e a expansão das possibilidades de comércio.

Moçambique foi o primeiro país africano a beneficiar destes centros. O Centro de Investigação e Transferências de Tecnologias Agrárias de Umbelúzi (CITTAU) localiza-se no distrito de Boane, a sudoeste de Maputo, ocupando 52 hectares atribuídos pela estação agrária do IIAM em Umbelúzi. Actualmente, os campos de demonstração e de produção de milho, arroz e diferentes legumes é de 35 hectares. O centro, que foi inaugurado em 2011, custou cerca de 6 milhões de USD e os seus custos operacionais para o governo chinês são de cerca de 180 000 USD anualmente.⁸ O CITTAU é gerido pela Moçambique Lianfeng Desenvolvimento de Agricultura Co., Limitada (também conhecida como Hubei Lianfeng Mozambique Co. Lda., HLMO Co.Lda.), filial da Lianfeng Overseas Agricultural Development Co. Ltd., a mesma que geria um projecto de produção de arroz no Regadio do Baixo Limpopo em Gaza. O principal objectivo do CITTAU é transferir tecnologia chinesa capaz de aumentar a produção e a produtividade da agricultura moçambicana, actualmente consideradas bastante baixas.

Entretanto, o funcionamento do CITTAU (pelo menos nesta fase inicial) tem sido problemático. A ausência de clarificação sobre quem deve dirigir os destinos desta instituição tem gerado mal-entendidos e conflitos de poder entre o Ministério da Agricultura (MINAG) e o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) (Duran & Chichava, 2012). Outro problema tem a ver com a indefinição sobre as culturas que devem ser testadas pelo CITTAU. Em 2013, o Ministro moçambicano da Agricultura foi citado a dizer que não estava satisfeito com o desempenho do CITTAU que apenas testava culturas chinesas e não moçambicanas como ilustra esta passagem retirada do semanário “Domingo”:

Não estou satisfeito com a produção. Quando efectuamos a nossa primeira visita em 2012, uma das grandes recomendações que deixamos foi que se devia apostar muito nas nossas variedades, mas vejo que não foram e nem estão a ser cumpridos esses objectivos (Domingo, 2013)

O CASO DO SISTEMA DE REGADIO DE XAI-XAI

O Regadio do Baixo Limpopo (RBL), mais conhecido como Regadio de Xai-Xai, está localizado na província de Gaza e abrange uma área de 12 000 hectares. É um dos maiores sistemas de irrigação da região (Ganho, 2012). Criado em 1951, ainda

⁸ *Ibid.*

durante o período colonial, o RBL esteve inactivo durante um largo período, tendo sido reabilitado em 2003 no âmbito do projecto Massingir. A chegada de investidores chineses e outros a Xai-Xai é encarada pelas autoridades moçambicanas como uma nova esperança nos seus esforços para estimular a agricultura moçambicana.

O contacto inicial entre os actores chineses e moçambicanos deu-se em 2005, através de reuniões entre os governos das províncias de Gaza e de Hubei, e visitas aos locais em Gaza (DPA de Gaza, 2008). Um acordo bilateral especificando que uma empresa chinesa de Hubei estabeleceria um projecto de produção de arroz no bloco de Ponela do sistema de irrigação, e que faria transferência de tecnologia de produção de arroz chinês para os produtores agrícolas locais, foi assinado em 2007. O acordo previa também o desenvolvimento da produção hortícola no distrito de Moamba, província de Maputo (DPA de Gaza, 2008). Entretanto, o acordo não especificava o que se faria com o arroz produzido nem o tipo de tecnologia a transferir.

Segundo dados do CPI, o projecto, com um orçamento de 1,2 milhões de USD, deveria ser implementado numa área de 300 hectares. Contudo, o acordo previa o aumento desta área para 10 000 hectares (DPA de Gaza, 2008). A empresa mencionada para a realização do projecto foi a Moçambique Lianfeng Desenvolvimento de Agricultura Co., Limitada.

Paralelamente a estas actividades, um grupo de cientistas chineses da Academia Chinesa de Ciências Agrícolas (CAAS) visitou Xai-Xai em 2008-2009, para fazer testes de produção de arroz, com o apoio da Fundação Gates, no âmbito do Programa “Green Super Rice”. Foram testadas com êxito 30 variedades de arroz híbrido chinês e uma variedade moçambicana, chamada “arroz do Limpopo”(CAAS, 2009).

Entretanto, a empresa HLMO Lda. nunca conseguiu desenvolver plenamente os 300 hectares concedidos pelo governo moçambicano no decorrer dos seus cinco anos de actividade, devido a entraves financeiros e materiais⁹ (DPA de Gaza, 2010). Segundo uma avaliação do projecto levado a cabo pelo governo provincial de Gaza, a empresa também não conseguiu cumprir outros aspectos do acordo bilateral (DPA de Gaza, 2010). Por exemplo, tinha sido acordado que a HLMO Lda. ajudaria os agricultores locais a melhorar a sua produtividade, através da transferência de tecnologia chinesa (*Ibid.*). Porém, a transferência de tecnologia devia ser paga pelos camponeses locais, algo que não estava especificado no acordo e para o qual estes

⁹ Entrevista a produtores da Associação ARPONE (Agricultores e Regantes do Bloco de Ponela para o Desenvolvimento Agro-Pecuário e Mecanização Agrícola de Xai-Xai) e a funcionários do RBL, Maio de 2012, Xai-Xai.

não tinham condições de fazer, levando ao seu fracasso. Contudo, para a HLMO Lda., a transferência de tecnologia fracassou porque os produtores moçambicanos não estão empenhados na agricultura.¹⁰

Por causa das dificuldades acima referidas, em 2012, o projecto passou para a Wanbao Grain and Oil Investment Limited (WAADL), uma empresa privada, que diferentemente da HLMO Lda., possui maior robustez financeira tendo assinado um acordo com o governo moçambicano para produzir arroz e montar fábricas de agro-processamento num investimento estimado em 200 milhões de USD.¹¹ Para além disso, a área de produção foi estendida de 300 para 20 mil hectares. As autoridades da província de Hubei consideram que se trata de um dos mais importantes investimentos na agricultura desta província no estrangeiro, um êxito no cumprimento da estratégia chinesa *going global* (Hubei Daily, 2012; DPA de Gaza, 2010).

Embora as actividades de WAADL estejam ainda no início, a imprensa local começa a dar conta de algumas preocupações, incluindo receios de reassentamento dos agricultores e questões de gestão da água. Em finais de 2012, o Canal de Moçambique, um dos jornais independentes locais, dizia que o projecto da WAADL tinha desajolado cerca de 800 camponeses (Nhacuahe, 2012), facto que a nossa pesquisa não pôde confirmar. Portanto, tal como acontece relativamente às intervenções brasileiras, em particular o ProSavana, começam a surgir debates sugerindo que as populações locais estão a ser prejudicadas pelo projecto chinês.

DIMENSÕES DA PARCERIA PARA O DESENVOLVIMENTO

Quais são então as características emergentes do engajamento brasileiro e chinês na agricultura moçambicana? Esta secção analisa os discursos e as narrativas da cooperação para o desenvolvimento bem como as motivações dos diferentes actores envolvidos neste processo.

BRASIL-MOÇAMBIQUE: DISCURSOS E NARRATIVAS

O discurso oficial do Brasil dá ênfase a conceitos como “cooperação internacional para o desenvolvimento”, “cooperação técnica” ou “parceiros de desenvolvimento”, a termos convencionais como “ajuda oficial ao desenvolvimento”, “assistência técnica” ou “doador” (Cabral, Shankland & Favareto, 2013; Costa Vaz & Inoue, 2007). Realça

¹⁰ Entrevista a um funcionário da HLMO em Xai-Xai, Fevereiro de 2012.

¹¹ Entrevista a um quadro superior do CPI, Maputo, Abril de 2012.

que os projectos brasileiros em África são orientados pela procura, embora isso nem sempre aconteça, especialmente no caso de projectos triangulares como o ProSavana. O Brasil afirma também que o facto de ter pouca experiência como agente de cooperação internacional é uma vantagem, no sentido de que “todos nós estamos aprendendo juntos.”¹² Por exemplo, o representante da EMBRAPA em Maputo afirma:

“A EMBRAPA e a cooperação brasileira estão passando por um processo de aprendizagem e amadurecimento em África. Estamos definindo o que é a cooperação brasileira para o desenvolvimento da agricultura. Primeiro, pensámos numa EMBRAPA África, mas, quando chegámos ao continente, a procura por parte dos países africanos era enorme (em 2009, visitei 11 países africanos) e, por esta razão, decidimos alargar a nossa perspectiva e criar a EMBRAPA Internacional. Os nossos interesses são o que for melhor para os nossos parceiros africanos e para Moçambique.”¹³

Os profissionais brasileiros que trabalham na ProSavana Moçambique defendem que a cooperação brasileira tem como valor acrescentado a oferta de conhecimentos em primeira mão e uma cooperação técnica, sem intermediários. As estreitas relações entre a EMBRAPA e as instituições moçambicanas são apresentadas como garantia de uma relação mais horizontal e de uma melhor apropriação pelo governo. O representante da EMBRAPA em Maputo explica:

“A EMBRAPA nunca trabalha sozinha. Os nossos parceiros são sempre as instituições de pesquisa locais – no caso de Moçambique, o IIAM. Porque os interesses do Brasil são os interesses do governo local, as nossas estreitas relações de trabalho – tanto entre governos como entre os especialistas brasileiros e os especialistas locais – são disso uma garantia.”¹⁴

O destaque dado ao carácter técnico da cooperação no discurso oficial minimiza, porém, a importância das motivações políticas e comerciais. Apesar de seguir o princípio Sul-Sul da vantagem mútua ou benefícios partilhados, o Brasil apresenta as suas actividades de cooperação como desprovidas de interesse comercial e, ao mais alto nível político, a presença do Brasil em Moçambique, e em África de uma forma mais geral, é apresentada, especialmente por Lula, principalmente em termos de solidariedade e de dívida moral ligada à história do comércio de escravos (Instituto Lula, 2012).

O Brasil é muitas vezes apresentado como modelo de sucesso para o desenvolvimento de agro-negócios e da agricultura comercial, bem como da agricultura familiar. Por exemplo, o desenvolvimento do Cerrado é considerado “um milagre” (The Economist, 2012) ou “uma das grandes realizações da ciência agrícola no século

¹² Entrevista ao Conselheiro da Embaixada do Brasil em Moçambique, 6 de Dezembro de 2011, Maputo.

¹³ Entrevista ao Coordenador Geral da EMBRAPA, 17 de Julho de 2012, Maputo.

¹⁴ *Ibid.*

XX” (Hosono & Hongo, 2012). Este aspecto é usado no discurso brasileiro para legitimar a sua actuação em África, como se pode ver nas palavras de um diplomata brasileiro em Maputo: “a cooperação brasileira é legítima porque somos portadores de uma experiência de desenvolvimento bem-sucedida.”¹⁵ Também as versões brasileiras da narrativa do Cerrado realçam não apenas o papel da ciência agrícola e do ambiente favorável das políticas promovidas por um Estado forte, com uma visão de desenvolvimento a longo prazo, mas também um imaginário social específico de “conquista da natureza selvagem”. Um representante da FGV referiu-se a isto no decorrer de uma discussão sobre os objectivos e procedimentos do Fundo de Nacala: “A agricultura é uma actividade económica de alto risco. Uma forma de minimizar os riscos é trazer pessoas que têm conhecimento e experiência – e essas pessoas são os brasileiros. O Brasil é mundialmente reconhecido como produtor global de alimentos e os brasileiros sabem fazer isso. No Brasil, costumava dizer-se do Cerrado: “Cerrado – nem dado, nem herdado”. Era pior que o Oeste Selvagem.”¹⁶

Visto do lado moçambicano, há duas percepções da cooperação brasileira em confronto. Os funcionários do governo, principalmente de instituições como o MINAG, o Centro de Promoção da Agricultura (CEPAGRI) ou o IIAM, apresentam a experiência brasileira como um êxito. Esperam que o acesso à tecnologia brasileira ajude a aumentar a produção e a produtividade agrícolas e talvez reproduzir o milagre do Cerrado. Segundo um funcionário do MINAG:

“O Brasil tem uma experiência valiosa na agricultura. Os brasileiros conseguem tropicalizar a soja com êxito, por exemplo. Assim, Moçambique vai adquirir *know-how* brasileiro. Graças à tecnologia brasileira, os nossos produtores agrícolas ficarão mais fortes e estabeleceremos cadeias de valor agrícolas.”¹⁷

Os funcionários do governo moçambicano elogiam também a dimensão de benefícios mútuos da cooperação brasileira e têm menos tendência a subestimar as agendas políticas e comerciais. O mesmo funcionário destacou que:

“o ProSavana é um programa altamente ambicioso e os importantes interesses políticos e económicos mútuos são uma garantia do seu êxito. Por exemplo, actualmente o director da FAO é um brasileiro, José Graziano da Silva. Para a sua eleição, o Brasil negociou com Guebuza o apoio de Moçambique à sua candidatura. O Brasil pressionou os países africanos de língua oficial portuguesa a apoiar Graziano, comprometendo-se a uma política de cooperação Sul-Sul. Com o Brasil, o objectivo principal é a assistência técnica. Por exemplo, com o ProSavana, vamos beneficiar da assistência técnica brasileira e do reforço institucional do

¹⁵ Entrevista ao Conselheiro da Embaixada do Brasil em Moçambique, 6 de Dezembro de 2011, Maputo.

¹⁶ Entrevista ao representante da FGV Projetos, 20 de Novembro de 2012, Maputo.

¹⁷ Entrevista ao Director Nacional dos Serviços Agrários do MINAG, 9 de Fevereiro de 2012, Maputo.

IIAM; os nossos produtores agrícolas ficarão mais fortes; e o Japão apoiará financeiramente o projecto. Os agricultores brasileiros poderão vir para cá, onde podem aumentar a produção e os mercados, vender para a China e para a Índia. No final, tudo é feito numa perspectiva comercial.”¹⁸

Numa perspectiva diferente, e como já foi demonstrado, o ProSavana e o entusiasmo em torno da reprodução da experiência do Cerrado têm sido ferozmente criticados pela sociedade civil dentro e fora de Moçambique.

Em resumo, enquanto o IIAM está ansioso por reforçar as ligações com a EMBRAPA e talvez tentar imitar o seu modelo institucional, a UNAC e a Justiça Ambiental, duas das mais vigorosas organizações da sociedade civil moçambicana contra o ProSavana, olham com fascínio os dinâmicos movimentos sociais rurais do Brasil e a história da vigorosa contestação política daquele país.

CHINA E MOÇAMBIQUE: DISCURSOS E NARRATIVAS

Os políticos e as elites moçambicanas têm sido receptivos ao renovado interesse da China no país. Na agricultura, há grande entusiasmo sobre a cooperação com a China. O Presidente Guebuza falou de como a China tem uma experiência de desenvolvimento bem sucedida, especialmente na promoção da agricultura e do desenvolvimento rural, e realçou que Moçambique pode aprender com a China a ser auto-suficiente em cereais (Revista Macau, 2011). Como explicou um funcionário do MINAG:

“A relação entre a China e Moçambique é multifacetada. Existe uma vertente comercial, por um lado, e uma vertente de transferência de tecnologia, por outro. Por exemplo, o CITTAU é um projecto virado para a transferência de tecnologia e é uma doação do governo chinês. Por outro lado, projectos como as fábricas de processamento na Zambézia ou o projecto de produção de arroz em Xai-Xai têm uma perspectiva mais comercial.”¹⁹

As percepções sobre o impacto positivo da participação chinesa no desenvolvimento agrícola de Moçambique estão, porém, divididas. Os funcionários do governo moçambicano e as elites vêem com entusiasmo os investimentos e a assistência técnica da China. A China é vista como tendo a resposta para as lacunas tecnológicas que se considera existirem na agricultura de Moçambique.

Na inauguração do CITTAU em 2011, o Presidente Guebuza afirmou:

“O objectivo não é apenas aumentar a produtividade, porque isso pode ser feito de várias maneiras. A produtividade nem sempre aumenta com a expansão da área de produção. Preci-

¹⁸ *Ibid.*

¹⁹ Entrevista ao Director Nacional dos Serviços Agrários em Maputo, 9 de Fevereiro de 2012.

samos de ter presente a outra componente do aumento da produção através do aumento da produtividade em pequenas áreas.”

Além da tecnologia, a capacidade de trabalho e a disciplina chinesa são muito elogiadas:

“Os agricultores moçambicanos não vivem na machamba. Os chineses, sim, estão lá sempre, a trabalhar. Numa machamba moçambicana, para três homens, há três camas. Os chineses só têm duas camas para três homens, porque tem de haver alguém a trabalhar.”²⁰

A opinião de funcionários de escalões inferiores é, contudo, mais cautelosa e marcada por estereótipos e equívocos. Estes são agravados por barreiras linguísticas e diferenças culturais que surgem na cooperação com os actores chineses no terreno; e estas afectam, por seu turno, a relação entre as duas partes. Em primeiro lugar, as barreiras linguísticas dificultam a comunicação entre os técnicos locais do IIAM, os trabalhadores sazonais e os beneficiários dos cursos ministrados no CITTAU. Da mesma forma, há desconfiança entre o pessoal técnico moçambicano do CITTAU relativamente aos conhecimentos transmitidos pelos chineses:

“Os chineses não falam nem português nem inglês. Nós não falamos com eles. E eles dizem que são especialistas em agricultura, mas não seguem as normas para os produtos químicos que usam. Acho que há alguma coisa que não está bem neste Centro.”²¹

Um produtor explicou: “Aprendi algumas coisas, mas, no fim, tudo vai para o lixo, porque não temos meios para pôr em prática o que aprendemos.”²²

Ainda assim, as autoridades locais elogiam a capacidade de trabalho e a disciplina do povo chinês:

“Uma das grandes vantagens dos chineses é a sua cultura de trabalho. Em Moçambique, o chefe fica em casa e chama os trabalhadores para lhes dizer o que devem fazer nas machambas. O chefe chinês é diferente. Ele trabalha ao lado dos camponeses e dos trabalhadores... Então, o modelo chinês é feito para aumentar a produtividade.”²³

Os técnicos chineses e moçambicanos têm também em comum o facto de acreditarem que os camponeses moçambicanos não estão comprometidos com a agricultura. Os gestores chineses do projecto de arroz de Xai-Xai e do CITTAU, por exemplo, disseram ser necessário transformar a maneira como os moçambicanos encaram a actividade agrícola. De acordo com os trabalhadores chineses

²⁰ *Ibid.*

²¹ Entrevista ao Departamento de Transferência de Tecnologias do IIAM-Maputo, 17 de Fevereiro de 2012.

²² Entrevista a um produtor agrícola local de Xai-Xai e membro da Associação ARPONE, 18 de Outubro de 2012, Xai-Xai.

²³ Entrevista ao Director Nacional de Serviços Agrários, 9 de Fevereiro de 2012, Maputo.

no CITTAU, a cooperação com os moçambicanos não estava a ser bem sucedida porque estes não acreditavam que era possível aumentar a produtividade trabalhando mais. Um gestor chinês da Wanbao criticou o facto de a maior parte dos moçambicanos que trabalham na agricultura não serem agricultores profissionais. Os burocratas moçambicanos do RBL reiteraram estes sentimentos, defendendo que os agricultores moçambicanos «não estão empenhados nas tarefas agrícolas» e que, «revelavam pouco interesse em aprender com os chineses» (Chichava, 2013).

Entretanto, é preciso sublinhar que a exploração ilegal da madeira moçambicana por algumas companhias chinesas, muitas vezes em parceria com a elite local, tem contribuído para manchar a imagem da China em Moçambique.

DISCURSOS CONTRASTANTES, PERCEPÇÕES DIVERGENTES

Nos seus discursos oficiais, a China e o Brasil justificam a sua participação na agricultura moçambicana através de narrativas de solidariedade historicamente motivadas. Porém, as bases para justificar esta solidariedade são diferentes: enquanto os actores políticos brasileiros expressam um sentimento de “dívida moral” para com África, a China avança a ideia de ser parceira africana de longa data na luta contra as injustiças do Ocidente.

O facto de, até muito recentemente, terem sido receptores da ajuda ao desenvolvimento é outra semelhança no discurso oficial usado para justificar o seu engajamento com África. Isso dá, tanto ao Brasil como à China, a autoridade moral para criticar os modelos condicionalistas dos doadores “tradicionais”. Contudo, e sobretudo no caso chinês, está claro que, apesar da ausência de condicionalismos, a cooperação e a ajuda para o desenvolvimento só são sustentáveis se, para além das vantagens diplomáticas, envolverem vantagens comerciais. No caso do Brasil, o discurso da “diplomacia de solidariedade” realça o facto de o país apenas procurar benefícios diplomáticos nos seus compromissos de cooperação, o aspecto comercial é ambíguo.

Ambos os países justificam os modelos de desenvolvimento agrícola que tentam replicar com Moçambique pelo facto de terem tido experiências bem sucedidas. Embora ambas as experiências incluam uma forte ênfase no papel central do Estado e na importância complementar do investimento privado, a natureza das transformações agrícolas para as quais estes factores contribuíram é muito diferente. A história de sucesso mais notória do desenvolvimento agrícola do Brasil é a transformação do Cerrado, uma mudança para a agricultura orientada para a exportação, assente em grandes propriedades, substituição da mão-de-obra, em tecnologia e capital intensivos. Para a China,

a realização essencial foi a conquista de segurança alimentar do país, num contexto de abundância de mão-de-obra, mas de extrema escassez de terra, através do avanço na produtividade alcançado no cultivo do principal alimento de base do país, o arroz.

As narrativas usadas em ambos os países para explicar esses sucessos são também muito diferentes. A China realça as virtudes de dedicação ao trabalho dos seus agricultores e a sua capacidade de fazer uso produtivo dos escassos recursos naturais das zonas rurais densamente povoadas do país. O Brasil tem, em contrapartida, uma narrativa nacional de gaúchos pioneiros que domesticaram o interior selvagem e deserto do Centro-Oeste do país. Ambas as narrativas se traduzem em imaginários sociais da agricultura moçambicana: os profissionais chineses da cooperação para o desenvolvimento atribuem a baixa produtividade agrícola de Moçambique ao desperdício de recursos, enquanto os brasileiros tendem a pôr a tônica na necessidade de espírito empreendedor e de investimento prolongado para superar as limitações impostas pelo isolamento geográfico, pelos riscos de catástrofes naturais e pela fraca infra-estrutura.

A natureza auto-afirmativa dessas narrativas faz com que, tanto chineses como brasileiros, tendam a acreditar que têm muito a ensinar e pouco a aprender. Isso contradiz, de certa forma, o discurso da “aprendizagem recíproca”, que é comum entre os defensores da cooperação Sul-Sul.

Por seu turno, as elites políticas moçambicanas têm em comum com o Brasil e a China o destaque que dão à modernização tecnológica como chave para o futuro do desenvolvimento agrícola no país. Os funcionários governamentais moçambicanos idealizam a experiência agrícola chinesa e brasileira, com ênfase em insumos de tecnologia para o aumento da produtividade.

Os burocratas e produtores moçambicanos partilham alguns dos discursos idealizadores dos seus superiores, mas têm mais propensão a sublinhar as diferenças entre as abordagens brasileira e chinesa. Talvez devido ao facto de a sua presença estar exclusivamente ligada à cooperação técnica, uma área em que se debatem com restrições administrativas e orçamentais significativas, a percepção que se tem dos brasileiros é de que têm menos dinheiro em relação aos chineses ou aos doadores tradicionais como o Japão. Os brasileiros têm dado azo a algumas críticas por atrasos no cumprimento das suas promessas, enquanto os chineses têm fama de agir rapidamente, sem interferência de atrasos burocráticos e de regras de aquisição e contratação. Os chineses também são vistos como sendo mais orientados para o comércio, até porque o seu “modelo de sustentabilidade” inclui a cobrança dos serviços de extensão agrí-

cola (caso de Xai-Xai por exemplo) que, tradicionalmente, sempre foram fornecidos gratuitamente em Moçambique, quer pelo Estado quer por ONG internacionais.

A percepção da tendência de estabelecer enclaves por parte dos chineses, dificultando acesso até para os funcionários do governo moçambicano, contrasta desfavoravelmente com a percepção de informalidade, flexibilidade e abertura que se tem dos trabalhadores de cooperação agrícola brasileira. O compromisso do Brasil, de reforço das instituições já existentes, em vez da opção preferencial da China para criar novas instituições independentes, é também saudado, especialmente pela equipa do IIAM, que assimilou uma imagem poderosa da EMBRAPA como modelo que a sua instituição gostaria de imitar. No trabalho quotidiano com os produtores agrícolas moçambicanos e os burocratas no terreno, as barreiras linguísticas são uma questão de grande importância para a cooperação agrícola chinesa. Como país de expressão portuguesa, o Brasil beneficia de uma percepção à partida de que as práticas de cooperação brasileiras são mais adequadas à realidade moçambicana.

As percepções dos actores moçambicanos que trabalham directamente com a cooperação para o desenvolvimento agrícola chinesa e brasileira são também moldadas por uma série de estereótipos correntes entre a população do país no seu todo. A imagem do Brasil é favoravelmente influenciada pela difusão de produtos culturais, juntamente com uma percepção geral de abertura e amabilidade. Muito poucos produtores agrícolas moçambicanos, porém, entraram já em contacto directo com os brasileiros, especialmente dos “agricultores pioneiros” que se preparam para exportar o modelo de desenvolvimento do Cerrado para Moçambique, um grupo que não é visto com muita simpatia no Brasil, mas antes como implacáveis conquistadores do “interior selvagem”. Os chineses já estão presentes em Moçambique em muito maior número, trabalhando sobretudo em projectos de construção, mas cada vez mais empenhados no pequeno comércio, na exploração de recursos naturais e na agricultura. Na percepção popular, misturam-se a perplexidade e a desconfiança alimentada por barreiras linguísticas e a admiração pelas suas supostas qualidades de trabalhadores dedicados dispostos a sujar as mãos.

CONCLUSÃO

Com base em três estudos de caso, designadamente o ProSavana, o CITTAU e o projecto chinês de produção de arroz em Xai-Xai, considerados por este estudo como os mais representativos da presença chinesa e brasileira, procurou-se aqui analisar

as facetas do engajamento brasileiro e chinês na agricultura moçambicana, através da análise dos discursos, narrativas e percepções dos diferentes actores envolvidos no processo. Se as experiências, histórias e trajetórias de cada país envolvido são diferentes, de uma forma geral, pode dizer-se que há uma convergência de pontos de vista, motivações e representações das elites dos respectivos países, bem como de Moçambique sobre as vantagens da cooperação e do investimento na agricultura, em contraste com a percepção das organizações da sociedade civil defensoras dos camponeses e do meio ambiente. Como foi demonstrado, alguns receios não são infundados, pelo facto de se basearem na experiência que os programas a serem exportados para Moçambique conheceram nos seus países de origem, sobretudo no Brasil, onde o ProSavana exarcebou conflitos entre os pequenos produtores e o agro-negócio. Entretanto, dado ao facto de a maior parte dos investimentos ou dos programas de cooperação destes países na agricultura moçambicana serem recentes, ainda é cedo para se tirar conclusões definitivas.

REFERÊNCIAS

- ABC (2010) “A cooperação técnica do Brasil para a África”. www.abc.gov.br/.
- AMPA (2011) “Pinesso planta 10 mil hectares de algodão no Sudão”. Disponível em: <http://www.ampa.com.br/home/noticia/pinesso-planta-10-mil-hectares-de-algod%C3%A3o-no-sud%C3%A3o> [Acedido a: 19 de Novembro de 2012].
- Brautigam, D. & Ekman, S. (2012) “Briefing rumours and realities of Chinese agricultural engagement in Mozambique”. *African Affairs*. (111) 483-492.
- Brautigam, D. & Xiaoyang, T. (2009) “China’s Engagement in African Agriculture: ‘Down to the Countryside’”. *The China Quarterly*. (199) 686-706.
- CAAS (2009) “Green Super Rice for the Resource Poor in Africa and Asia (BMGF grant ID#: 51587)”. Beijing, Chinese Academy of Agricultural Sciences.
- Cabral, L., Shankland, A. & Favareto, A. (2013) “Brazil-Africa Agricultural Cooperation Encounters: Drivers, Narratives and Imaginaries of Africa and Development”. *IDS Bulletin* 44 (4), 53-68.
- Centre for Chinese Studies (2009) “Patterns of Chinese investment, aid and trade in Mozambique”. Briefing paper prepared for World Wide Fund for Nature.
- Chichava, S. (2013) “Xai-Xai Chinese Rice Farm and Mozambican Internal Political Dynamics: A Complex Relation”, *Occasional Paper 2*, LSE-IDEAS Africa Programme.

- Costa Vaz, A. & Inoue, C. (2007) “Emerging donors in international development assistance: the case of Brazil”. One of five reports on the role played by emerging economies in funding international development. Brazilia, PBDD.
- DPA de Gaza (2008) *Acordo de Gemelagem específica para a área da agricultura entre a Direcção provincial de Gaza e a Direcção provincial de administração das farmas estatais de Hubei (Hubei Lianfeng Mozambique CO, LDA), para a execução do projecto de produção agrícola alimentar no regadio de Xai-Xai. Xai-Xai.*
- (2010) *Informe do estágio de cooperação entre Moçambique e a República Popular da China em Gaza. Xai-Xai.*
- Duran, J. & Chichava, S. (2012) “Centro de Investigação e Transferências de Tecnologias Agrárias de Umbelúzi. A história de um ‘presente’ chinês a Moçambique”. In: S. Chichava & C. Alden (eds.). *A mamba e o dragão. Relações Moçambique-China em perspectiva*. Maputo. pp. 125-142.
- Eadie, G. & Grizzell, D. (1979) “China’s Foreign Aid, 1975-78”. *The China Quarterly*. (77) 217-234.
- Ganho, A.S. (2012) “A terra e a água para os novos agro-investimentos em Moçambique: o que está em jogo?”, in: III Conferência Internacional do IESE, Maputo, IESE.
- GdM (2011) *Matriz dos projectos com a República Popular da China*. Maputo.
- Hosono, A. & Hongo, Y. (2012) *Cerrado Agriculture: A Model of Sustainable and Inclusive Development*. Tokyo, Japan International Cooperation Agency Research Institute.
- Instituto Lula (2012) “O Brasil tem um débito de solidariedade com a África, diz Lula em entrevista ao *Financial Times*”. Disponível em: <http://www.institutolula.org/o-brasil-tem-um-debito-de-solidariedade-com-a-africa-diz-lula-em-entrevista-ao-financial-times/> [Acedido a: 8 de Fevereiro de 2013].
- Loureiro, G.L. (2012) “Projeto ProSavana: cooperação ou cavalo-de-Tróia? A ambiguidade da presença brasileira em África. Matutações”. Disponível em: <http://matutacoes.wordpress.com/2012/07/06/projeto-prosavana-cooperacao-ou-cavalo-de-troia-a-ambiguidade-da-presenca-brasileira-em-africa/> [Acedido a: 17 de Dezembro de 2012].
- Mabunda, L. (2012) “O governo vendeu 24 distritos a brasileiros”. *O País*. 19 de Agosto. Disponível em: <http://www.opais.co.mz/index.php/opiniao/86-lazaro-mabunda/16037-governo-vendeu-24-distritos-a-brasileiros.html> [Acedido a: 29 de Novembro de 2012].

- Mello, F. (2013) “O que quer o Brasil com o ProSavana? | Brasil de Fato”. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/12405> [Acedido a: 12 de Maio de 2013].
- MINAG (2010) *Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário. PEDSA 2010-2019*.
- (2010b) *Projecto-âncora de implantação das fábricas de processamento e do estabelecimento das cinturas de produtores*.
- (2012) *Chokwe agro-processing complex*. Maputo. Ministério da Agricultura.
- MPD (2010) *Pobreza e bem-estar em Moçambique. Terceira avaliação nacional*.
- Rafael, A. (2011) “O neocolonialismo brasileiro em Moçambique”. *O País Online*. Disponível em: <http://www.opais.co.mz/index.php/analise/92-adelson-rafael/16099-o-neocolonialismo-brasileiro-em-mocambique.html> [Acedido a: 11 de Fevereiro de 2012].
- Revista Macau (2011) “Uma Plataforma entre Moçambique e Ásia”. *Revista Macau*, 24, pp. 77-79.
- The Economist (2012) “The miracle of the Cerrado”. *The Economist*. Disponível em: <http://www.economist.com/node/16886442> [Acedido a: 30 de Novembro de 2012].
- UNAC (2012) “Pronunciamento da UNAC sobre o programa ProSavana, União Nacional de Camponeses”. Disponível em: <http://www.unac.org.mz/index.php/7-blog/39-pronunciamento-da-unac-sobre-o-programa-prosavana>.